

## CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

**Mariane Rocha Niehues<sup>1</sup>; Marli de Oliveira Costa<sup>2</sup>;**

<sup>1</sup>UNESC/Mestranda em Educação/Email: mariane1709@gmail.com

<sup>2</sup>UNESC/Profª Drª do Programa de Pós Graduação em Educação/E-mail: moc@unesc.net

**Resumo:** Partindo das reflexões sobre as diversas concepções de infância, este ensaio tem por objetivo mostrar através da história como esta concepção foi se constituindo ao longo dos tempos. As discussões apresentadas foram realizadas a partir de uma revisão bibliográfica sistêmica baseada em literaturas especializadas, onde pode-se observar que as concepções que possuímos a cerca da infância na contemporaneidade, são peças chaves para compreendermos o processo histórico pelo qual está se constituindo, aliás, temos que levar em consideração o contexto no qual elas foram produzidas. Os estudos demonstraram que a infância deve ser compreendida como um modo particular de se pensar a criança, e não um estado universal, vivida por todos do mesmo modo.

**Palavras-Chave:** Criança. Infância. História.

### Revisando Conceitos:

#### Da Antiguidade à Modernidade

Para mostrar como algumas das áreas do conhecimento foram incorporando em suas pesquisas e análises o tema infância, numa perspectiva do “ponto de vista” das crianças esse ensaio busca, na história, mostrar a construção do conceito moderno de infância.

Ao retomar os “vários” conceitos de infância, percebe-se que esta concepção foi historicamente construída, perpassando pelo o adulto em miniatura na Idade Média e chegando a criança cidadã na Contemporaneidade. Fernandes e Kuhlmann Júnior (2004, p. 29), apontam que:

Os fatos relativos à evolução da infância, na pluralidade de suas configurações, inscrevem-se em contextos cujas variáveis delimitam perfis diferenciados. A infância é um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e as variáveis de contexto que o definem.

Até o século XII não havia uma concepção de infância, os estudos mostram que este período da vida ficou encoberto. Até mesmo, as representações gráficas relacionadas à iconografia que ilustrava as crianças, com suas particularidades, não eram conhecidas. Áries (1981) ressalta que "na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes". (p.156). Ou seja, as crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Elas não tinham um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, não existia neste período, o chamado sentimento de infância.

Áries fez a afirmativa surpreendente de que o mundo medieval ignorava a infância. O que faltava era qualquer *sentiment de l'enfance*, 'qualquer consciência da particularidade infantil', essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. [...] A civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala (ÁRIES, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

Ao se estudar o tema infância na Roma Antiga, observa-se que o nascimento de uma criança “*não era apenas um fato biológico*”, mas também um fato de aceitação paterna. Isso porque quando o pai elevava a criança do chão o mesmo estava aceitando criá-la, sendo este um ato de adoção. De acordo com Veyne (1989) durante este período da história a contracepção, o aborto, o abandono e morte de crianças eram atitudes corriqueiras e consideradas legítimas, sendo estes abandonados raramente sobreviviam.

A criança que o pai não levantar será exposta diante da casa ou num monturo publico; quem quiser que a recolha. Igualmente será enjeitada se o pai estiver ausente, o tive ordenado à mulher grávida [...] Enjeitavam ou afogavam crianças malformadas (nisso não havia raiva, e sim razão, diz Sêneca: É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada), ou ainda os filhos de sua filha que “cometeu uma falta”. Entretanto, o abandono dos filhos legítimos tinha como causa principal a miséria de uns e a política patrimonial de outros. [...] Contudo mesmo os mais ricos podiam enjeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentárias já estabelecidas (VEYNE, 1989 p.24).

Áries (1981) aponta que a relação criança/infância foi se transformando a partir da difusão de novos pensamentos e condutas da Igreja Católica. Estas novas condutas fizeram com que surgissem novos modelos familiares que ressaltavam a importância do laço de sangue. Sendo que no século XVIII a Igreja Católica passou a acusar quem matasse crianças de praticar bruxaria. Desta forma no século X e XI o matrimônio e o ato de procriar passaram a ser considerados sagrados.

A infância passa a ser reconhecida, de acordo com Heywood (2004) a partir do discurso cristão do “culto ao menino Jesus” e do “massacre dos inocentes” praticado por Herodes. Segundo o autor, passa a se difundir a idéia de que a criança é um mediador do céu e da terra, e que destes vêm falas de sabedoria. Foi neste cenário, que se emerge o sentimento de infância.

Foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios.

Áries (1981, p. 168) afirma que o sentimento da infância desenvolveu-se

paralelamente ao sentimento da família, se manifestando por meio de intimidade e diálogo familiar de modo que a família volta-se para a criança. Neste contexto a criança surge para ser amada e educada, sendo que esses deveres constituíram a família base da sociedade. Essa transformação implicou em se planejar os nascimentos, pois, os pais passaram a se sentir responsáveis pelo futuro da criança.

De acordo com Gélis (1991), o sentimento de infância não se apresentou de maneira uniforme. Este fato deve-se a diversidade de entendimentos, mas o mesmo expõe que apesar de ser sem linearidade pode-se observar que nesse período houve uma maior preocupação em relação dos pais quanto à saúde e educação das crianças.

Nesse período surge à individualização da criança, é o que discute o autor Gélis (1991). Essa individualização do ser criança se refere, nesse momento histórico, à percepção da criança como indivíduo, caracterizando-a com um mundo próprio.

Nessa circunstância, os pais começaram a preocupar-se com a educação das crianças e proporcionar a elas seu mundo próprio. Áries (1981) diz que nesse período a criança começa a ser o centro da família devido a sua ligação com a figura dos anjos que são tidos como seres puros e divinos. Esta concepção de indivíduo fez com que a criança se tornasse alvo do controle familiar, bem como, do meio ao qual estava inserida. Tal fato favoreceu o surgimento da instituição escolar. A criança começou a ser reconhecida como um indivíduo social, inserida dentro da coletividade, onde a família demonstrava preocupação e interesse por saúde e educação.

Nesse momento a sociedade passa percebê-la como indivíduo pertencente à sociedade, que tem "vez", tem "voz", tem sua forma de vivê-la, que influencia e por ela também é influenciada.

A partir disso, Gagnebin (1997) afirma que se procurou garantir na infância um local excepcional e único a fim de proporcionar felicidade e contato com a natureza, e deste modo era obrigação do adulto, reconhecer, primar e defender por esta. Segundo a autora a infância não é mais

o rastro vergonhoso de nossa natureza corrupta e animal, mas sim, muito mais, o testemunho precioso de uma linguagem dos sentimentos autênticos e verdadeiros, ainda não corrompidos pela convivência mundana. Assim se elabora uma pedagogia do respeito à criança, da celebração de sua naturalidade, de sua autenticidade, de sua inocência em oposição ao mundo adulto pervertido [...]. (GAGNEBIN 1997, p. 94).

Desta forma, a sociedade passou a criar instituições específicas para as crianças, dentre elas a escola. Estes estabelecimentos educacionais foram criados com o

intuito de educar e disciplinar moralmente as crianças. De acordo com Costa (2009), a escola surge junto com a idéia de que a infância é um período da vida que precisa ser cuidada e moldada.

Nas concepções atuais, elas são consideradas como ser histórico-social, condicionadas por vários fatores, seja eles sociais, econômicos, culturais, ou até mesmo político. Partindo desse pressuposto cria-se uma visão romanceada da infância, como um momento repleto de encanto e ludicidade, com várias outras propriedades inexistentes em determinados contextos sociais.

A criança é considerada um ser competente, tem suas necessidades, seu modo de pensar e agir, modos que lhe são próprios. No entanto, as representações de infância variam conforme a colocação da criança na família, na classe social, a questão de gênero, etnia, grupo etário, na sociedade em geral.

De acordo com Gagnebin (1997, p. 86) a palavra infância não diz respeito instantaneamente a uma faixa etária, mas sim aos anos iniciais de sua vida, que se caracteriza por incapacidade e pela carência de fala. Oriunda do latim *fari* – falar, dizer, e do complemento *fans*, a criança é *in-fans*, ou seja aquele que não fala.

Sarmento (2005, p. 368) ressalta que etimologia da palavra infância propõe um sentido negativo, ao caracterizar infância como a idade do não-falante, remetendo a ideia do discurso inarticulado, desanrranjado ou ilegítimo. Através do entendimento do mesmo autor, a infância significa uma classe social de uma determinada geração e criança é o indivíduo que participa desta classe, sendo ele o ator social da classe pertencente.

Para Fernandes e Kuhlmann Júnior (2004, p. 16),

a palavra *infância* evoca um período da vida humana. No limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e sinais destinados a *fazer-se ouvir*. O vocábulo *criança*, por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo.

Nessa perspectiva a modernidade faz da denominação infância:

um guarda-chuva a abrigar um conjunto de distribuições sociais, relacionadas às diferentes condições: as classes sociais, os grupos etários, os grupos culturais, a raça, o gênero; bem como as diferentes situações: a deficiência, o abandono, a vida no lar, na escola (a criança e o aluno) e na rua (como espaço de sobrevivência e/ou de convivência/brincadeira). É nessa distribuição que as concepções de infância se amoldam às condições específicas que resultam na inclusão e na exclusão de sentimentos, valores e direitos. (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 30).

Desse modo podemos considerar a infância como uma classe psicobiológica e sócio-histórica, pois são levados em consideração suas capacidades sensoriais e intelectuais, de gênero, raça, e também quais instituições possuem poder de discurso moral sobre as crianças, seja ela o estado, a igreja ou a família.

A concepção de infância que possuímos hoje foi uma invenção da modernidade, sendo constituída historicamente pelas condições socioculturais determinadas. “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28). Partindo desse princípio, podemos considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são iguais às dos anos passados, nem serão as mesmas que virão nos próximos anos.

## AGRADECIMENTOS

As colegas Ana, Cândice, Cátia, Daiane, Gislene, Tatiani, e a nossa mestre Marli de Oliveira Costa pelas aprendizagens proporcionadas durante a disciplina Infância e Educação: Abordagens Contemporâneas do Programa de Pós Graduação (Mestrado em Educação) da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

## REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COSTA, Marli de Oliveira. **Infâncias e "artes" das crianças: memórias, discursos e fazeres (sul de Santa Catarina - 1920 a 1950)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERNANDES, Rogério. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (org.). **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. (org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da UFPR, 1997, p. 83 – 100.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 21-47.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: **História da Vida Privada**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 311 – 329.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 91, 2005, p. 361 – 378.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: **História da Vida Privada**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19 – 43.